



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,  
Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Empreendedor**

**Publicada em outubro de 2005**

**Jornalista:** A criação de novas empresas no Brasil ainda enfrenta dificuldades, pois mais da metade costumam fechar antes dos dois anos de vida, segundo pesquisa do Sebrae. O que o governo federal está fazendo para mudar esse quadro?

**Presidente:** A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que considero o brasileiro um empreendedor nato, com grande iniciativa, disposição e competência. Apesar disso, as empresas brasileiras, especialmente as mais novas, vêm sendo obrigadas a enfrentar duas grandes dificuldades para sobreviver, além do desafio de um ambiente mundial cada vez mais competitivo: a instabilidade macroeconômica e as dificuldades com a burocracia e os impostos. Esse quadro está mudando, e rapidamente. A instabilidade macroeconômica foi combatida pelas políticas econômicas do nosso governo e, hoje em dia, com a volta do crescimento, o ambiente de negócios é favorável à abertura de novas empresas. No que se refere aos entraves burocráticos e ao peso dos impostos, o governo federal vem tomando medidas importantes para melhorar essa situação. Recentemente enviamos ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que introduz regime tributário, previdenciário e trabalhista simplificado.

**Jornalista:** Um dos grandes problemas que afetam o empreendedorismo no Brasil é a excessiva burocracia para abrir ou fechar empresas. Existe disposição do Governo para mudar isso?



Esse projeto enviado ao Congresso visa, entre outras facilidades, reduzir o peso da burocracia por meio da construção de um sistema informatizado de apoio ao empresário, que vai permitir o pagamento unificado de impostos e contribuições. Ao acessar o sistema, nas agências bancárias dos bancos oficiais, postos de atendimento do SEBRAE, Prefeituras etc., o empresário só terá que informar seu faturamento e as informações relativas ao pagamento de salários aos empregados. A partir disso, o sistema calcula na hora os impostos e contribuições devidos e faz a emissão dos boletos para pagamento. Esse recurso vai permitir também que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e a Relação Anual de Informações Sociais – ambos fornecidos ao Ministério do Trabalho –, assim como a declaração anual à Receita Federal sejam gerados automaticamente, reduzindo a burocracia para o empresário.

**Jornalista:** A carga tributária que incide sobre as atividades empreendedoras é considerada uma das mais altas do mundo. V. Excia. acha esse diagnóstico correto?

**Presidente:** Acho que é preciso diminuí-la. E o Governo federal já vem atuando na linha da redução da carga tributária que incide sobre a produção, como foi o caso da desoneração das exportações, a redução de incidência em cascata de Pis e Cofins e a redução progressiva da cobrança de IPI sobre bens de capital. No caso das pequenas empresas, o Governo compreende que a carga tributária deve e pode ser menor para incentivar a formalização de empresas que hoje estão na informalidade. O projeto de lei complementar recentemente enviado ao Congresso prevê que o Governo Federal abrirá mão da arrecadação de impostos como a COFINS e o IRPJ. Haverá uma alíquota única de 1,5% sobre faturamento a título de contribuição previdenciária patronal. O projeto fixa também um teto para as alíquotas de ICMS e ISS a serem cobradas,



respectivamente, por Estados e Municípios, com o objetivo de assegurar o princípio da desoneração para o empresário.

**Jornalista:** Na sua visão, qual é o futuro do empreendedorismo no Brasil? O que os empreendedores podem esperar do governo Lula para os próximos anos?

**Presidente:** Os empreendedores podem esperar uma trajetória de crescimento econômico sustentado e continuado. E não vamos nos contentar com o sucesso conseguido até agora com a política econômica: temos a firme determinação de implementar políticas que visem ao desenvolvimento. Quanto às medidas de redução da carga tributária incidente sobre a produção e de alívio dos entraves burocráticos, os empreendedores podem estar certos de que haverá contínuos aperfeiçoamentos no arcabouço institucional. Isso vai contribuir ainda mais para a ampliação das oportunidades de negócios.

**Jornalista:** No caso de serem adotadas as PPPs, Parcerias Público-Privadas, haveria incentivo para a criação de novas empresas no Brasil? Já existe um prognóstico de quantas novas empresas serão geradas?

**Presidente:** As PPPs são parte do esforço do nosso Governo para recuperar a infra-estrutura, evitando que ela se transforme num gargalo ao crescimento que vem nos próximos anos. Elas vão incentivar o investimento privado, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento e expandindo o emprego. E, na medida em que se asseguram melhores perspectivas de crescimento, as oportunidades do exercício bem-sucedido do empreendedorismo.

**Jornalista:** Uma política econômica mais sintonizada com a criação de novos empregos significaria uma redução maior dos juros. Há possibilidade de os juros



baixarem em função das atividades empreendedoras?

**Presidente:** A determinação da taxa de juros é parte da tarefa do Banco Central do Brasil de garantir a estabilidade macroeconômica do País. Na medida em que se afasta o risco de retomada da inflação e que a relação dívida/PIB prossegue em sua trajetória descendente, é natural que os juros diminuam progressivamente. No entanto, é preciso reafirmar que a economia brasileira já se encontra em fase de expansão e que há, crescentemente, abertura de novas oportunidades de negócios.

**Jornalista:** A escassez de crédito e de liquidez tem entravado o empreendedorismo. Há decisões federais no sentido de distribuir mais os investimentos para incrementar os negócios, especialmente os de pequeno porte?

**Presidente:** Temos tomado uma série de medidas para facilitar o acesso das empresas ao crédito em condições mais favoráveis, estimulando a produção e o investimento. Dentre elas, posso citar a expansão das operações de crédito dos bancos de fomento, a legislação que obriga os bancos a destinarem parte de seus depósitos para o microcrédito e as medidas voltadas para a redução dos *spreads* bancários. Mas a oferta de crédito não é o único problema. O acesso ao crédito é dificultado, também, porque muitas empresas, principalmente as pequenas, convivem na informalidade. E, nessa condição, a análise de crédito e de garantias fica seriamente prejudicada, além do que, a inexistência de personalidade jurídica dificulta a cobrança. Nenhum banco aceita fazer empréstimos nessas condições. Nesse sentido, o Projeto de Lei para estimular a formalização das pequenas empresas, pode, se aprovado, desempenhar um papel importante no acesso ao crédito.



**Jornalista:** Uma das vocações do brasileiro que não desiste nunca é o do empreendedorismo. V. Excia. acha que, no seu governo, essa vocação está sendo incentivada?

**Presidente:** Estou convencido de que meu governo não será bem-sucedido sem a ação dos empresários, na medida em que são eles que organizam a maior parte da atividade econômica do País e respondem pela maior parte dos empregos. Mas é preciso destacar também a capacidade empreendedora do trabalhador brasileiro. É nesse sentido que as ações do Governo no campo da desburocratização e da redução dos encargos tributários foram tomadas: como estímulos ao investimento, à geração de empregos e à melhoria das condições de vida no Brasil.

**Jornalista:** A participação dos pequenos negócios nas exportações brasileiras é ainda muito pequena, na base de 2%. Bem ao contrário de outros países, como a Alemanha, onde a participação é significativa. Essa tendência poderá mudar no Brasil?

**Presidente:** Durante muitos anos no Brasil, com exceção de atividades tradicionalmente voltadas para o comércio exterior, os empresários olhavam para o mercado internacional como um escoadouro temporário de sua produção excedente, não absorvida pelo mercado interno. Atualmente, as empresas brasileiras adquiriram a mentalidade exportadora. As pequenas empresas enfrentavam entraves burocráticos que as afastavam das exportações. Para elas, o atendimento a todas as exigências burocráticas representava um custo muitas vezes intransponível. O Programa Brasil Exportador, constituído de 45 programas, em execução desde novembro de 2003, substituiu 83 atos de comércio por apenas um documento – apostando na simplificação de normas e procedimentos de exportação para extinguir os atos que imobilizavam as



empresas. Esse é um incentivo importante para as pequenas empresas explorarem as possibilidades no comércio exterior. Com a iniciativa conjunta de empreendedores e trabalhadores brasileiros, acredito firmemente num futuro melhor e mais justo para o país.